



Boletim Eletrônico de Governança do IFRR

Nº 8 - Ano III

Boa Vista, fevereiro de 2026

2025.2

INFORMAÇÕES DO SEMESTRE 2025.2

CONSUP



COLDI



Plano de Curso Superior de Licenciatura Intercultural Indígena em Ciências Naturais

A conselheira Nathalie Machado apresentou o parecer do relator, destacando histórico, mérito e conclusão, com voto favorável à aprovação. Aberta a discussão, Lúcia Glória questionou a aprovação diante das sugestões apontadas. Rodrigo Barros explicou o processo de implementação do curso e seu objetivo formativo, destacando a diferenciação do papel do Núcleo. Nathalie Machado questionou a existência de documentos que comprovassem essa diferenciação, sendo confirmado que existem.

[Leia mais](#)

[Outras deliberações do CONSUP](#)

Apresentação da adesão do IFRR à Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas

Amarildo Ferreira Júnior apresentou a Carta e detalhou seu conteúdo. Informou que a PROPESPI considerou positiva a adesão do Instituto ao documento. Destacou a obtenção de parceria com recurso de R\$100.000,00 destinado ao IFRR. O recurso será aplicado em um projeto voltado a estudantes e docentes. Os NEABIs de todos os campi aceitaram participar da execução do projeto. O período de execução está previsto entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

[Leia mais](#)

[Outras informações do COLDI](#)

AÇÕES DAS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

DEGOV

AUDIN



Realização da 3ª edição do Mês da Integridade no IFRR

O Degov realizou em agosto de 2025 a 3ª edição do Mês da Integridade no IFRR. O evento ocorreu em todas as unidades da instituição, levando as palestras: "Comunicação assertiva como mecanismo de mediação nas relações interpessoais no contexto institucional", destinada a servidores e terceirizados; e "Bullying – Cyberbullying: Vamos bater um papo sobre isso?", voltada para os estudantes da instituição.

[Leia mais](#)

CORREGEDORIA



Avaliação da Gestão de Obras e Serviços de Engenharia

A Audin atendeu o disposto no Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2025 analisando dois processos, 23254.000039.2022-64 e 23254.000036.2023-10. A ação foi finalizada em setembro e contribuiu com o fortalecimento de controles internos, padronização de fluxos documentais e aperfeiçoamento de contratos.

[Leia mais](#)

As atividades operacionais da Corregedoria devem ser padronizadas por meio de atos normativos internos do setor, que orientem os servidores da Corregedoria e os membros de comissões



Atos Normativos

Regulamentação das atividades operacionais da Corregedoria

de apuração na execução dos trabalhos, como, por exemplo, priorização de demandas, obtenção e guarda de evidências, acompanhamento e supervisão de procedimentos e processos. Foram editadas no primeiro semestre, seis Instruções de Trabalho cujo teor se encontra na página da Corregedoria. Outras seis Instruções de Trabalho foram iniciadas no segundo semestre, com prazo de finalização em 27/02/2026.

[Leia mais](#)

CAPACITAÇÕES



ENAP

CURSO GRATUITO

Ética e Serviço Público

Neste curso, serão apresentados os principais fundamentos de ética e suas relações com os desafios enfrentados pelo setor público. A conduta das pessoas interfere no funcionamento das organizações e traz impactos para a sociedade. Por essa razão, o desenvolvimento da consciência ética é fundamental para garantir o respeito ao interesse público, à cidadania, ao estado de direito e à democracia. A proposta central do curso é capacitar as pessoas para que tenham conduta ética ao oferecerem e utilizarem serviços públicos.

Público Alvo

Servidores públicos federais. Curso aberto, gratuito e com certificado, qualquer pessoa pode se inscrever.

Conteúdo Programático

1 Conceitos básicos 1.1 Os sentidos atribuídos à ética 1.2 Relativismo ético 1.3 Ética e filosofia 1.4 Ética, política e direito 1.5 Educação Ética	2 Ética da Vida Pública 2.1 A vida pública e a esfera privada: o Estado 2.2 Democracia e cidadania 2.3 Cidadania no Brasil 2.4 Serviço Público e desafios do Estado contemporâneo no Brasil 2.5 Responsabilidade pública (Accountability)	3 Conduta no Serviço Público 3.1 Regras de conduta 3.2 Profissionalismo, decoro e civilidade 3.3 Códigos de ética no Serviço Público 3.4 Iniciativas da Administração Pública federal
---	---	--

INSCREVA-SE

ARTIGO



ASSÉDIO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Resumo

O assédio moral é uma temática cada vez mais presente na Administração Pública. O objetivo do estudo é apresentar uma proposta de um Canal de Acolhimento e Denúncia para questões pertinentes ao assédio moral, no contexto de uma organização pública do Poder Judiciário. Investigou-se a conceituação trazida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a realidade do Tribunal de Justiça (TJ), juntamente com relatórios e cartilhas apresentadas por órgãos fiscalizadores como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU), para assim apresentar o Canal de Acolhimento e Denúncia: “#ASSÉDIONÃO”. A pesquisa se caracteriza como pesquisa-ação exploratória com abordagem qualitativa. Tratar-se-á de um canal vinculado a Agenda 2030, de fácil acesso, atendimento célere e efetivo, passando pela Comissão de Enfrentamento ao Assédio tanto no início do atendimento quanto da sua finalização, deixando dessa forma a Comissão a par do deslinde das notícias de acolhimento ou denúncia. Sugere-se adaptações na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) com a vinculação de servidores diretamente à Comissão de Prevenção. Com estas alternativas simples e de baixo custo busca-se a efetivação do direito do servidor a um emprego decente e o resguardo da sua dignidade como trabalhador.

[Leia mais](#)

Ajude-nos a construir nosso boletim enviando-nos sugestões de notícias e de melhorias para degov@ifrr.edu.br